

ISABELA DIAS NEVES

PROCESSO CIVIL AMBIENTAL:
O princípio da precaução como fundamento
para a concessão de tutelas de urgência

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2014

Copyright © 2014 by Isabela Dias Neves

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Camila Cortez

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
N518p

Neves, Isabela Dias

Processo civil ambiental : o princípio da precaução como fundamento para a concessão de tutelas de urgência / Isabela Dias Neves. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

218 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 191-204.

ISBN 978-85-8440-010-2

1. Direito ambiental – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDD- 344.81046

SUMÁRIO

Prefácio	1
Introdução.....	3

Capítulo I

Fundamentos do Direito Ambiental	9
1.1 Propedêutica ambiental.....	9
1.2 Constitucionalização ambiental.....	14
1.2.1 Estabelecimento de um dever constitucional genérico de não degradar, a partir da institucionalização da função social da propriedade	20
1.2.2 Proteção ambiental como direito fundamental	22
1.2.3 Redução da discricionariedade administrativa.....	24
1.2.4 Ampliação da participação pública.....	25
1.2.5 Segurança normativa.....	27
1.2.6 Ordem social e econômica	29
1.2.7 A dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana.....	30
1.3 Princípios norteadores do Direito Ambiental	32
1.3.1 Considerações iniciais.....	32
1.3.2 Princípio da solidariedade intergeracional	34
1.3.3 Princípio da prevenção	36
1.3.4 Princípio da consideração da variável ambiental no processo decisório de políticas de desenvolvimento.....	39
1.3.5 Princípio do poluidor-pagador.....	40
1.3.6 Princípio da participação comunitária.....	42
1.3.7 Princípio da cooperação entre os povos.....	44
1.4 Princípio da precaução	46

Capítulo II

Processo Civil Ambiental	55
2.1 Processo Civil Democrático	55
2.1.1 Questões introdutórias	5
2.1.2 Instrumentos constitucionais para a tutela ao meio ambiente	62
2.1.3 Inversão do ônus da prova	7
2.1 Tutelas de Urgência	89
2.2.1 Elementos principais	89
2.2.2 Tutela inibitória	93
2.2.3 Poder geral de cautela	98
2.2.4 Ativismo judicial	104
2.3 Direito Estrangeiro quanto às tutelas de urgência	111
2.3.1 Direito francês	112
2.3.2 Direito italiano	115

Capítulo III

Razoável duração dos processos e a celeridade em sua tramitação.....	123
3.1 Direito à tempestiva prestação da atividade jurisdicional.....	123
3.2 Direito Estrangeiro.....	129
3.2.1 Corte Europeia dos Direitos do Homem.....	129
3.2.2 Direito Italiano	135
3.3 Direito brasileiro: razoável duração	42
3.4 Efetividade e celeridade processuais	150

Capítulo IV

Princípio da precaução como pressuposto no Processo Civil Ambiental.....	55
4.1 Princípio da precaução e tutelas de urgência	155
4.2 Ativismo judicial e processo justo.....	167
4.3 Propostas de sistematização	172
4.3.1 Necessidade de codificação ambiental.....	172
4.3.2 Conteúdo processual.....	175

Capítulo V

Síntese geral dos problemas jurídico-processuais enfrentados pela tutela do meio ambiente.....	183
Considerações finais.....	189
Referências	191